



Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB

(RDC nº 01/2023, Processo Administrativo Nº 23746.008686/2022-50)

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

- 1.1. Constitui-se objeto desta peça a apresentação das condições iniciais para a licitação de contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para execução de serviços de reformas, nas unidades da UFSB, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus **Anexos**.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviços de reformas.
- 1.3. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666, de 1993, incluindo ainda a regra contida no inciso II do mesmo Art., diante do caráter contínuo da futura contratação, consoante Portaria expedida pela Reitoria, a de número 370 de 03/ 05/ 2023, Art 1º, § 1º, XLVIII.
- 1.4. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO, ADOÇÃO DO RDC, DO USO DO SRP, DA NÃO ADOÇÃO DA INTENÇÃO E DA ADESÃO À ATA.

A UFSB, Instituição Federal de Ensino Superior, criada em 2015, ainda passa pela necessidade de adaptações em diversos espaços físicos, de modo a promover o seu funcionamento adequado. Com sua estrutura física ainda em fase de consolidação, várias são as áreas que clamam por ajustes. Além das necessidades advindas do próprio perfil da Instituição, com a retomada das aulas presenciais, após o período da pandemia consequente da Covid-19, há a necessidade de atendimento aos procedimentos de segurança e biossegurança recomendados no Plano para Retomada Gradual das Atividades Acadêmicas Presenciais, elaborado pelo Comitê Emergencial de Crise – Pandemia de Covid-19 da UFSB (CEC), conforme Resolução Nº 03/2022, o qual estabelece regras para a retomada gradual das atividades acadêmicas presenciais nos cursos de graduação e pós-graduação da UFSB, e que, associado às atividades acadêmicas e administrativas nos campi e na Rede de Colégios Universitários (CUNIs), tornam imprescindíveis pequenas e médias intervenções nas estruturas físicas que viabilizem o devido funcionamento tanto das atividades da área acadêmica quanto da administrativa, ao longo do ano de 2023.

Além do quanto exposto acima, existe o aumento de demanda, ocasionado pela entrada imediata de novos alunos, impondo a adaptação em salas de aulas existentes, de modo a proporcionar maior infraestrutura nos 03 *campi*, de forma que a licitação proposta possibilitará o atendimento também a esta necessidade. Para que essas intervenções sejam possíveis, a Instituição deverá dispor de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura com capacidade para realizar as reformas es inerentes as suas edificações, além das adequações para acolher os novos estudantes. Os serviços serão executados por demanda, atendendo as diversas necessidades dos campi e unidades dispersas da UFSB.

Para melhor caracterizar as informações acima, foi confeccionada a Planilha de Indicação dos Serviços estimando os valores a serem aplicados em reformas nas diversas unidades da UFSB. A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA



planilha é formada por um lote, constando 3 itens, abrangendo os campi da Universidade, Reitoria e os CUNI's.

Lote 1- Planilha de Indicação dos Serviços

Item	Local do Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Estimado (R\$)
1	Reitoria e Campus Jorge Amado- CJA	Und.	1	738.546,79
2	Campus Paulo Freire- CPF	Und.	1	1.592.521,94
3	Campus Sosígenes Costa- CSC	Und.	1	1.668.931,27
TOTAL				4.000.000,00

Os investimentos propostos, em associação às iniciativas já em andamento na UFSB, permitirão que essa possa, em pouco tempo, dar resposta às suas necessidades, estruturando ambientes, adaptando espaços e melhorando as condições da sua infraestrutura física, frente, inclusive, à demanda retraída, ocasionada pelo período de emergência trazido pela pandemia da COVID-19, quando as atividades administrativas e acadêmicas foram, na sua expressiva maioria, desenvolvidas remotamente, não permitindo que as demandas fossem atendidas a seu tempo.

A utilização do **Regime Diferenciado de Contratação – RDC**, critério de julgamento por maior desconto e **utilizando o Sistema de Registro de Preços**, se dá, convém registrar, pela maior possibilidade de atender às demandas acadêmicas e administrativas relativas ao espaço físico e infraestrutura e que, por este perfil de ainda não ter consolidado suas edificações, não se tem a possibilidade de prever o quantitativo dos serviços a serem executados. Diante do momento atual de retomada de atividades, o qual não permite, com precisão, a definição dos locais e os quantitativos dos itens que formarão os serviços, vê-se como marco legal para autorização do citado intento o Art. 77, inciso III, do Decreto 7.581/2011, combinado, preponderantemente, com os Arts 89, incisos I e IV, e o 90, todos do mesmo diploma, o qual regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC, estabelecendo a possibilidade de se adotar o SRP na modalidade do RDC e em qualquer dos seus modos de disputa, ficando estabelecido que as autorizações para adesões, as quais serão permitidas, ficam adstritas ao quantitativo de cinco órgãos, acolhendo o ideário de um único item na licitação – Serviços de Reformas, uma vez que metodologia diferenciada implicará na impossibilidade da Instituição de cumprir o ato de gestão da Ata de Registro de Preço, por falta de logística para tanto, cumprindo-se ainda os limites previstos na legislação pertinente.

Benefícios Diretos: constituem benefícios do presente procedimento a agilidade no atendimento às demandas de serviços de reformas, com redução do fracionamento de contratações e consequente economia com a formalização de diversos procedimentos licitatórios e de contratação direta para o mesmo objeto, bem como diminuição dos custos de insumos e serviços, em virtude do maior volume contratado. Ademais, um único contrato facilita a uniformização dos procedimentos técnicos a serem adotados e o controle dos serviços executados;

Benefícios Indiretos: os benefícios indiretos incluem a redução de custos administrativos, além de viabilizar a plena utilização de recursos provenientes de projetos acadêmicos, que dependem de pequenas intervenções na infraestrutura e têm curto prazo para aplicação, assim evitando perda de recursos por falta de atendimento das demandas.

Os investimentos sempre estarão afinados com as diretrizes estabelecidas pela administração superior e a Diretoria de Infraestrutura optou utilizar, como estratégia, a contratação de empresa especializada em Engenharia e Arquitetura pelo Regime Diferenciado de Contratação, Sistema de Registro de Preços (SRP). Essa estratégia tem como premissas:



- O SRP permite a contratação de uma empresa para a execução de diversos serviços comuns às reformas necessárias para a instituição, cuja demanda para a execução de cada serviço obedecerá ao cronograma programado pela Universidade, por meio da sua Diretoria de Infraestrutura. Dessa forma, pretende-se racionalizar tanto a quantidade de processos licitatórios quanto o gerenciamento de contratos.
- Em decorrência da estrutura física ainda em fase de consolidação e estruturação da nova universidade, ainda não é possível se definir com precisão para os projetos, especialmente os acadêmicos, os locais e os quantitativos dos serviços a serem executados, oriundos de projetos em desenvolvimento. Tais projetos necessitam prever intervenções na infraestrutura, bem como reestruturação, adaptação e reforma de ambientes e unidades acadêmicas existentes, tornando imperioso que a licitação se dê pelo Sistema do Registro de Preço-SRP
- A escolha do SRP visa, assim, minimizar os riscos de possíveis perdas de recursos para a instituição, diante do baixo grau de precisão na definição dos serviços que serão demandados e sua consequente impossibilidade de previsão dos quantitativos dos serviços a serem executados, viabilizando, a cada tempo, a utilização de recursos captados.

É de se destacar que, na presente licitação, definidos os serviços oriundos das demandas acadêmicas e institucionais, o conceito de projetos básico e executivo estabelecido no art. 6º, incisos IX e X, da Lei 8.666/1993 será respeitado com rigor. Convém ressaltar ainda que, mesmo em projetos bem elaborados, há serviços cujos quantitativos estão intrinsecamente sujeitos a um maior nível de imprecisão, como por exemplo os serviços de movimentação de terra e reformas de edificações, dentre outros, o que imprimiria uma desvantagem para a Administração, caso essa não seja adotado o SRP.

Assim, esta licitação é uma das ações da Diretoria de Infraestrutura para o cumprimento das atividades planejadas para o ano de 2023 e seguintes, diante do caráter contínuo da contratação, respeitando-se o limite do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, permitindo à comunidade acadêmica espaços adequados para a realização das suas atividades e, à UFSB como um todo, cumprir a sua missão institucional: produzir, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País e do estado da Bahia, além de promover a formação de profissionais qualificados para o mundo do trabalho, capazes de atuar na construção da justiça social e da democracia.

Esta licitação pretende, também, em consonância com o Plano Orientador da UFSB, selecionar empresa capacitada em executar projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos que tenham como premissa fundamental a Sustentabilidade, entendida como o compromisso da Universidade com o futuro do planeta, fazendo com que os seus campi sejam implantados com processos e produtos ecologicamente sustentáveis e se constituam como exemplos, para a sociedade, de ações que forneçam elementos palpáveis para os processos de Educação Ambiental e estejam relacionadas com a constituição de um Sistema de Gestão Ambiental desenvolvidos pela Instituição, tudo confluindo para a comprovação da necessidade do objeto aqui definido.

No que concerne à adoção do RDC, esta se dá com vista a ampliar a eficiência da futura contratação, a competitividade entre as licitantes, assegurar o tratamento isonômico, a busca de maior simplificação, celeridade, transparência e economicidade nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, proporcionando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A adoção do presente RDC tem arrimo no Art. 1.º, §3º, da Lei nº. 12.462/2011. O modo de Disputa será: ABERTO (arts. 16 e 17, inciso I, da Lei nº 12.462/2011, combinado com os arts. 8º, inciso III, 15 e 18 a 21, do Decreto nº 7.581/2011). O regime será o de empreitada por preço



unitário, considerando-se os preços indicados na proposta do futuro vencedor do certame, e o critério de Julgamento de MAIOR DESCONTO (art. 18, inciso I, da Lei nº 12.462/2011).

A licitação por preço unitário é vantajosa quando há incerteza nos quantitativos dos serviços projetados, pois permite uma maior flexibilidade nos ajustes dos valores finais do contrato, adequando-se às variações reais de demanda. Esse regime possibilita que a Administração Pública contrate apenas o necessário, evitando pagamentos em excesso ou ocorrência de desequilíbrios econômico-financeiros.

O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa essa abordagem em diversos acórdãos. Por exemplo, no Acórdão nº 1769/2008-Plenário, o TCU ressaltou a preferência pela licitação por preço unitário quando há incerteza nos quantitativos de determinado serviço, visando evitar sobrepreços ou pagamentos por serviços não realizados. Outro acórdão importante é o nº 1.510/2014-Plenário, que reitera a utilização dessa modalidade para contratos cujas quantidades não possam ser precisamente estimadas.

Portanto, a licitação por preço unitário se mostra como uma alternativa eficiente para lidar com a incerteza nos quantitativos dos serviços projetados, garantindo uma contratação mais precisa, transparente e alinhada aos princípios da eficiência e economicidade na gestão pública.

O uso do SRP, por seu turno, se dá pela impossibilidade de se prever o quantitativo dos serviços a serem executados, tendo em vista o momento atual de implantação da nova universidade, não sendo possível se definir, com precisão, os locais e os quantitativos, além da previsão de unidade de medida, atendendo ao quanto indicado no Art. 89, caput, incisos II e IV, do Decreto 7.581/2011. Permite, ainda, a utilização de tal ferramenta, a contratação de uma empresa para a execução de diversos serviços, cuja contratação de cada serviço se dará à medida que o corpo técnico da UFSB tenha capacidade de analisar e aprovar o serviço executado pela contratada. Dessa forma, pretende-se racionalizar tanto a quantidade de processos licitatórios quanto o gerenciamento de contratos.

No que concerne à disponibilização do prazo de divulgação para possíveis intenções, consoante previsão no Decreto 7.581/2011, Art. 92, esta equipe vê tal estratégia como inoportuna, para o momento, diante das especificidades dos ambientes da Instituição que poderão sofrer intervenções, demonstrando desvantagem o fato de se agregar novas regras ao certame, visando a atender as necessidades de outros órgãos, por comprometer, sobremaneira, o fazer da equipe de compras desta Universidade.

Considerada pequena, a equipe de compras da UFSB, diante do vasto campo de atuação, consequente do próprio perfil de uma Academia, qual seja o de incluir diversos ramos do conhecimento no seu fazer e, por conseguinte, diversos procedimentos licitatórios para o alcance de todos os itens necessários ao seu funcionamento, acolher a participação de outros entes restaria sua atividade comprometida, diante da sua atuação vasta e intensa.

Além do exposto acima, a abertura de prazo para tal caminho interferirá, ainda, no prazo para a conclusão do certame, acarretando situações passíveis de transtorno à Instituição, diante do seu estrangulamento atual, no que tange à disponibilidade de espaços compatíveis com o seu adequado funcionamento, quer na área acadêmica quer na e administrativa, de modo que a abertura deste prazo causaria prejuízos de difícil reparação.

Quanto à possibilidade de **adesão à Ata do Registro de Preço**, vê-se possibilidade para tanto. Embora a equipe de compras desta Universidade, como explanado em parágrafos anteriores, seja pequena para atuar nas aquisições dos diversos itens que compõem seu arsenal de necessidades, a previsão de adesão à ata que resultará da licitação não parece interferir com prejudicialidade na sua rotina, diante da previsão de um único item na licitação a ser gerenciado, qual seja o de



Reforma Predial, de maneira que, autorizada a adesão para até cinco órgãos, eis que sua viabilidade se encerra, não abarcando maiores demandas administrativas, salvo a de autorizar a adesão.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para prestar serviços de reformas, visando atender necessidades de adequações nas diversas unidades da UFSB em seus campi e Colégios Universitários, de modo a criar as condições necessárias para o funcionamento dos setores tanto administrativos quanto acadêmicos, inclusive salas de aulas e laboratórios enquanto viger o futuro contrato o qual, pelo momento atual que esta Instituição ainda perpassa, requer a classificação de contrato contínuo, diante da dinâmica a ser enfrentada por ela, a qual não só ultrapassará um exercício, mas se perdurará por pelo menos o limite de 60 meses previsto na Lei 8.666/93, no seu Art. 57, inciso II, assim caracterizado enquanto se encontrar em fase de consolidação dos seus espaços, e cuja inexistência de um contrato com tal objeto trará prejuízos de difícil reparação, diante dos trâmites necessários para se vencer um processo licitatório, não havendo como atender cada necessidade com certames licitatórios específicos.

Convém registrar, na presente oportunidade, que o objeto da licitação e do futuro contrato engloba itens integrantes da tabela SINAPI- Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, disponibilizado pela Caixa Econômica Federal, bem como composições próprias de serviços.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço de reforma a ser contratado mediante licitação, na modalidade Regime Diferenciado de Contratação – RDC Eletrônico por Sistema de Registro de Preço.
- 4.2. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.
- 4.3. O modo de disputa será Aberto.
- 4.4. O critério de julgamento da proposta é o **MAIOR DESCONTO LINEAR**, o qual incidirá sobre todos os preços unitários constantes na planilha orçamentária, apresentada no ANEXO A, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos.
 - 4.4.1. Informamos que o **DESCONTO LINEAR** ofertado pelo licitante incidirá sobre TODOS os preços unitários com BDI (coluna G: "Preço unitário com BDI") da planilha do Anexo A.
 - 4.4.1.1. No preço resultante do desconto linear ofertado pelo licitante, conforme item 4.4.1, já estará incluído o BDI do Licitante, bem como todas as Taxas de Encargos Sociais.
 - 4.4.2. A planilha de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) composta pela UFSB está em conformidade com o recomendado pelo TCU, segundo Acórdão nº. 2369/2011, de 27,89% para serviços e de 18,68% para fornecimento de materiais e equipamentos.
 - 4.4.3. Para uma maior clareza, a licitante deverá compor o seu BDI com base na fórmula apresentada no ANEXO A deste Projeto Básico.



- 4.5. Durante a vigência do contrato, no caso de possível Aditivo de serviços que não estejam registrados na Planilha Orçamentária informada no ANEXO A, serão aplicados pela Diretoria de Infraestrutura- DINFRA/ PROPA/ UFSB os seguintes procedimentos:
 - 4.5.1. Consulta às tabelas SINAPI, SICRO - Sistema de Custos Referenciais de Obras, disponibilizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes- DNIT e, naquilo que não tiver cobertura nas tabelas SINAPI/ SICRO, utilizar-se-á da tabela ORSE - Orçamento de Obras de Sergipe, desenvolvida e mantida pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe – CEHOP e de composições próprias com base na planilha de insumos do SINAPI e/ou cotações de mercado, tendo como estratégia, neste último caso, para a garantia de um preço justo e competitivo, cotação formal de preços com no mínimo (03) três fornecedores para definição do preço de mercado;
 - 4.5.2. Aplicação do BDI do órgão conforme item 4.4.2;
 - 4.5.3. Aplicação do DESCONTO LINEAR proposto pela Licitante;
- 4.6. Os serviços com formação de preços compostos conforme item 4.5 passam a integrar o contrato e poderão ser utilizados posteriormente, caso necessário.
- 4.7. Não será permitida a participação de consórcios.

5. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 5.1. **É RECOMENDÁVEL A REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA** para o correto dimensionamento e identificação dos elementos necessários à elaboração da proposta do licitante, para que esse possa alcançar o reconhecimento do local, das condições e restrições, sendo facultada aos licitantes a realização de algumas medições in loco.
- 5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 5.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
 - 5.3.1. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 5.4. A Declaração de Vistoria deverá ser emitida pelo representante legal e/ou responsável técnico da empresa, declarando estar ciente das condições atuais das unidades da UFSB, listadas no ANEXO C, locais onde serão realizados os serviços objeto da presente licitação.
- 5.5. O licitante deverá apresentar declaração, conforme modelo a ser especificado no edital, de que, por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde serão realizadas as reformas e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução e de condições locais, como mercado, clima, etc.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos,



- especialmente do Projeto Básico, incluindo o fornecimento de informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato por escrito quando for necessário;
- 6.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - 6.3. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;
 - 6.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
 - 6.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
 - 6.6. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 6.7. A Fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços será conduzida por um profissional especializado;
 - 6.8. A presença do responsável pela fiscalização deverá ser contínua, devendo o mesmo estar em condições de prestar quaisquer esclarecimentos à CONTRATADA a respeito dos serviços solicitados.
 - 6.9. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete interrupção na execução do contrato;
 - 6.10. Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;
 - 6.11. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, mediante comprovação de execução dos serviços, dentro das condições, prazos e vencimentos estabelecidos;
 - 6.12. Analisar e atestar os documentos apresentados pela CONTRATADA, quando da cobrança pelos serviços prestados, em até 5 (cinco) dias úteis. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções. A nova contagem de prazo para análise, o “ATESTO” e o pagamento recomeçarão quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos.
 - 6.13. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento parcial ou total dos termos do Contrato;
 - 6.14. A UFSB não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada;
 - 6.15. À UFSB reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar multas ou rescindir o Contrato, caso a empresa descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo;
 - 6.16. Realizar reuniões com toda a sua equipe técnica presente, na DINFRA / Diretoria de Infraestrutura, na Universidade Federal do Sul da Bahia, sempre que esta solicitar.
 - 6.17. Essas reuniões serão previamente agendadas e seu objetivo é apresentar e discutir o desenvolvimento dos trabalhos e seus ajustes.



- 6.18. Fornecer, a contratada, no momento da emissão da Ordem de Serviço- O.S, para cada serviço a ser executado, os respectivos Projetos Executivos de Arquitetura e Engenharia, Memoriais descritivos e Especificações Técnicas dos serviços, Planilha Orçamentária referente à O.S emitida e respectivo Cronograma Físico- Financeiro, documentos estes aprovados pela DINFRA e demais autoridades competentes, conforme o caso.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.2. Prestar garantia contratual, conforme estabelecido neste Projeto Básico e na minuta do contrato;
- 7.3. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 7.4. Devem ser relatados quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público.
- 7.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 7.6. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que já haviam sido aprovados pela UFSB;
- 7.7. Executar os serviços dentro do prazo previsto, contado a partir da data de emissão da "O.S.".
- 7.8. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.9. Quando o projeto se referir a reforma imaterial, de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação das reformas;
- 7.10. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais e com este Projeto Básico e seus Anexos, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pela UFSB.
- 7.11. A Contratada deverá possuir ou providenciar os equipamentos, os materiais, os insumos, ferramentas, a mão-de-obra, os meios de transporte, e demais utensílios e itens necessários ao desenvolvimento de todas as etapas das reformas;
- 7.12. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a UFSB antes da execução dos serviços correspondentes.
- 7.13. A Contratada deverá providenciar junto ao CAU e CREA os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes a todos os serviços e atividades técnicas objeto deste Projeto Básico, inclusive da Planilha Orçamentária. Esses custos devem estar previstos em sua proposta;



- 7.14. A Contratada deverá entregar, à UFSB, uma via dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) relativas à execução da reforma e/ou serviços.
- 7.15. Toda a documentação a ser elaborada deverá contemplar critérios de sustentabilidade, pressupondo uma relação equilibrada com o ambiente em sua totalidade, considerando que todos os elementos afetam e são afetados reciprocamente pela ação humana. A sustentabilidade, portanto, diz respeito às escolhas sobre as formas de produção, consumo, habitação, comunicação, alimentação, transporte e também nos relacionamentos entre as pessoas e delas com o ambiente, considerando os valores éticos, solidários e democráticos. Deverão ser observadas as Leis, Decretos, Resoluções e Instruções Normativas indicadas abaixo e outra (s) pertinente (s):
- 7.16. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº.01, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade nas contratações na Adm. Pública Federal;
- 7.17. Art. 3º da Lei nº.8.666/93 - alterado em 12/2010 com a inclusão de novo objetivo da licitação – Promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- 7.18. Art.12 da Lei nº.8.666/93;
- 7.19. Decreto nº.7.746, de 05 de julho de 2012 – Regulamenta o art.3º da Lei nº.8.666/93;
- 7.20. DECRETO Nº 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018;
- 7.21. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 7.22. Resolução CONAMA nº. 307, de 5 de julho de 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 7.23. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº.02, de 04 de junho de 2014 – Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de conservação de Energia nos projetos e respectivos Edificações públicas federais novas ou que receberam retrofits;
- 7.24. Assegurar à Contratante, nos termos do ANEXO VII-F, item 6.1, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2107:
- 7.24.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações ou prévia autorização;
- 7.24.2 Os direitos autorais das soluções apresentadas nos projetos elaborados, suas especificações técnicas, toda documentação produzida e congêneres e todos os demais produtos gerados na execução do contrato, são de propriedade da CONTRATANTE. Fica proibida a sua utilização pela CONTRATADA, sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis
- 7.25. Executar os serviços conforme Especificações constantes do Projeto, do Edital e seus Anexos e a sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 7.26. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;



- 7.27. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico, no Edital ou na minuta de contrato;
- 7.28. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado;
- 7.29. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como agendar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, vistorias com vistas à obtenção de licenças e regularização dos serviços de reformas concluídos (Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- 7.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas;
- 7.31. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência contratual;
- 7.32. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 7.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 7.34. Os trabalhos devem ser conduzidos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.35. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 7.36. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496, de 1977;
- 7.37. Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 7.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- 7.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 7.40. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;



- 7.41. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;
- 7.42. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.
- 7.43. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 7.44. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 7.45. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, para tanto obriga-se, sob pena de multa previstas neste Projeto/Edital, a apresentar o seu plano de gerenciamento de resíduos da construção civil assinado pelo responsável técnico, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 7.46. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 7.47. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 7.48. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 7.49. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 7.50. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA, sob pena de multa, poderá dispor os resíduos originários da contratação nas áreas da UFSB, em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 7.51. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de



Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n°s 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

- 7.52. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 7.53. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 7.54. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 7.55. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 7.56. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 7.57. Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, seguindo as disposições do Edital e seus Anexos;
- 7.58. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregados que sejam familiares de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante nos termos do artigo 7º do Decreto nº. 7.203 de 2010, que dispõe sobre a vedação no nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- 7.59. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 7.60. Os empregados da CONTRATADA devem ser mantidos devidamente uniformizados e identificados através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.
- 7.61. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 7.62. Sempre que necessário, nos finais de semana (sábados e domingos), feriados ou dias de eventos, a CONTRATADA deverá mobilizar profissionais para execução de qualquer tipo de serviços licitados, para eventuais atendimentos que se fizerem necessários.
- 7.63. Executar os serviços que impliquem desligamentos de energia, de água e outros que possam comprometer o normal funcionamento da UFSB, nos dias ou horários em que não houver funcionamento na edificação, de comum acordo com a DINFRA.
- 7.64. Responsabilizar-se e providenciar, para a execução dos serviços, o deslocamento dos profissionais de sua equipe, sem ônus para a CONTRATANTE, para o atendimento dos



serviços solicitados nas unidades da UFSB, incluindo os CAMPI E COLÉGIOS UNIVERSITÁRIOS - CUNIs.

- 7.65. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- 7.66. Permitir acesso dos funcionários da CONTRATANTE às dependências da CONTRATADA para prestar inspeções periódicas nas instalações físicas para verificar o cumprimento das medidas de segurança adotada nos trabalhos e outras medidas necessárias à execução dos serviços e demais condições estabelecidas pela norma de segurança e saúde do trabalho, principalmente quanto aos equipamentos de segurança coletiva;
- 7.67. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução das reformas;
- 7.68. Elaborar o Diário de Obras, incluindo diariamente, pelo preposto responsável, as informações sobre o andamento da reforma, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da reforma em relação ao cronograma previsto;
- 7.69. O Diário de Obras deverá ter capa resistente, todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, de 01 (um) a 50 (cinquenta), em 3 (três) vias, e rubricadas pela fiscalização da Diretoria de Infraestrutura (DINFRA) da UFSB;
- 7.70. Ao final da reforma, o referido Diário será de propriedade da CONTRATANTE.
- 7.71. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços realizados fora das especificações;
- 7.72. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta e projetos apresentados, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993;
- 7.73. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 122 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 7.74. Reparar, refazer, substituir, às suas expensas, os trabalhos realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE;
- 7.75. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;



- 7.76. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus daí decorrente;
- 7.77. Responsabilizar-se pelo comportamento e ações de seus empregados/colaboradores nas dependências da UFSB, inclusive pelo ressarcimento ao erário público, em caso de danos materiais;
- 7.78. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadiplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 7.79. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.80. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao local dos serviços;
- 7.81. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 7.82. Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados;
- 7.83. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços;
- 7.84. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 7.85. Apresentar declaração assinada por representante legal, conforme modelo constante no ANEXO E, de que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental e de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
- 8.2. No caso de subcontratação parcial essa depende de autorização prévia por parte da Contratante, à qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal.
- 8.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a



Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 10.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 10.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.



- 10.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 10.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 10.15. Cumpre, ainda, à fiscalização:
- 10.15.1. Solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução dos serviços, em especial, quanto:
- 10.15.1.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- 10.15.1.2. À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- 10.15.1.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 10.15.1.4. Aos depósitos do FGTS; e
- 10.15.1.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 10.15.2. Solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
- 10.15.3. Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;
- 10.15.4. Somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.
- 10.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material



inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
 - 11.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro de cada serviço, a Contratada apresentará a medição prévia do que for executado no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 11.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
 - 11.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
 - 11.1.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
 - 11.1.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 11.1.4.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 11.1.4.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - 11.1.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - 11.1.4.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
 - 11.1.4.6. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 11.1.4.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 11.1.4.8. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam



sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- 11.1.4.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 11.1.4.10. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 11.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 11.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. Os serviços serão pagos pelas quantidades efetivamente executadas, mediante aprovação pela Diretoria de Infraestrutura da Universidade Federal do Sul da Bahia.
- 12.2. O pagamento dos serviços executados durante o mês será pago à CONTRATADA, mensalmente, no mês subsequente, no valor total das Notas Fiscais (NF) emitidas, correspondente aos serviços comprovados, juntando ao BOLETIM DE MEDIÇÃO, conforme modelo a ser fornecido pela DINFR/UFSB após assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço, os seguintes documentos:
 - 12.2.1. Ordem de Serviço (OS) autorizadas, condicionadas ao “ATESTO” do FISCAL DO CONTRATO, quando executados em conformidade, quanto ao prazo e ao valor, usando a referência descrita no item 4.4;
 - 12.2.2. Memória de Cálculo dos quantitativos;
 - 12.2.2.1. A Memória de Cálculo de quantitativos deverá ser clara e precisa e expressar exatamente tudo o que efetivamente foi realizado, em conformidade com as exigências dos serviços, referindo-se às respectivas Ordem de Serviço (OS);
 - 12.2.3. Boletim de Medição, com os registros dos quantitativos obtidos na Memória de Cálculo de Quantitativos e os custos unitários apurados com base no item 4.4;
- 12.3. Nos cálculos de custo do serviço devem estar previstos o deslocamento e todos os demais custos previstos na legislação, assim como as taxas aplicáveis.
- 12.4. Memória fotográfica de todos os serviços executados e presentes no Boletim de Medição;
- 12.5. Cópia do DIÁRIO DE OBRAS referente ao período de medição dos serviços.
- 12.6. A CONTRATADA deverá comprovar, mensalmente, no ato da apresentação de cada fatura, o cumprimento referente ao mês antecedente das obrigações abaixo, relativas aos empregados que estejam prestando serviços referentes ao objeto licitado:
 - 12.6.1. Recolhimento da contribuição devida ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
 - 12.6.2. Recolhimento do valor devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.7. É de inteira responsabilidade da licitante, obter dos órgãos competentes, informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento, objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas;
- 12.8. A UFSB pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos, conforme Art. 9, parágrafo 4º, itens I e II da Lei 12.462, de 05/08/11. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam a sinalização provisória, todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.
- 12.9. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados a partir da data do ateste da nota fiscal recebida pela UFSB.



- 12.10. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 78, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 12.11. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação à UFSB dos documentos hábeis de cobrança, nos termos e condições estabelecidas na minuta do Contrato deste EDITAL.

13. REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 14.1. Diante do perfil da licitação na qual, pela falta de precisão quanto ao quantitativo a ser executado, será utilizado o Sistema de Registro de Preços-SRP, não haverá exigência de garantia contratual.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 12.462, de 2013, e da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que, no decorrer da licitação e da contratação:
 - 15.1.1. Apresentar documentação falsa;
 - 15.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 15.1.3. Fizer declaração falsa;
 - 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 15.1.5. Cometer fraude fiscal;
 - 15.1.6. Ensejar o retardamento da execução do certame;
 - 15.1.7. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - 15.1.8. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato;
 - 15.1.9. Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - 15.1.10. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses de convocação de licitante remanescente ou de revogação da licitação em virtude da não celebração do contrato;
 - 15.1.11. Atrasar injustificadamente a execução do contrato ou a entrega do objeto contratado;
 - 15.1.12. Inexecutar total ou parcialmente o contrato.



- 15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 15.2.1.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 15.2.1.2. **Multa:**
- 15.2.1.2.1. De 0,1% (um décimo por cento) do valor do serviço por dia que ultrapasse o prazo determinado para o seu início.
- 15.2.1.2.2. De 0,2% (dois décimos por cento) do valor do serviço por dia que exceda o seu prazo de execução;
- 15.2.1.2.3. De 1,0% (um por cento) do valor de cada etapa do serviço em atraso, por dia de excesso que venha a ocorrer em cada uma delas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro, contratual, com exclusão da última, calculada mediante o emprego da fórmula: $M = V \times 0,01 \times N$. Onde: M = valor da multa; V = valor da etapa; N = número de dias de atraso na conclusão da etapa.
- 15.2.1.2.4. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- 15.2.1.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UFSB**, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.1.4. **Impedimento de licitar e contratar com a União** e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.1.4.1. Nas hipóteses previstas no art. 47, caput e incisos, da Lei nº 12.462/2013, a penalidade se estenderá, além da União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 15.2.1.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
- 15.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 15.3.1. **Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;**
- 15.3.2. **Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;**
- 15.3.3. **Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.**
- 15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 15.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 16.2. Qualificação Técnica:
- 16.2.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
- 16.2.1.1. Apresentação de prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da empresa licitante e de seu (s) responsável (is) técnico (s), da região a que estiverem vinculados, em plena validade.
- 16.2.1.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado da Bahia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
- 16.2.1.3. Comprovação da capacitação técnica operacional da empresa, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
- 16.2.1.4. Quanto à capacitação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- 16.2.1.5. A comprovação de aptidão referida no item 16.2.1.4 será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes;
- 16.2.1.6. Os atestados deverão estar devidamente registrados no CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado – atividade concluída ou em andamento;
- 16.2.1.7. A(s) certidão(ões) ou atestado(s) exigido(s) para fins de comprovação de aptidão para o desempenho das atividades constantes no objeto desta licitação deverá(ão) conter, obrigatoriamente, informações quanto à autoria do documento, como nome completo e endereço, bem como elementos suficientes que permitam a análise da atividade executada pela licitante, e sua comparação com as atividades do objeto desta licitação;
- 16.2.1.8. Para efeito da comprovação de capacitação técnico-operacional, não serão aceitas certidões ou atestados de capacidade técnica relativos a atividades desenvolvidas efetivamente por terceiros a serviço da empresa licitante.
- 16.2.1.9. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição;
- 16.2.1.10. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática



inabilitação da licitante, resguardada a possibilidade de saneamento, dentro dos parâmetros da legislação pertinente e para atender ao interesse público;

- 16.2.1.11. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados;
- 16.2.1.12. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:
 - 16.2.1.12.1. Sócio;
 - 16.2.1.12.2. Diretor;
 - 16.2.1.12.3. Responsável técnico.
- 16.2.1.13. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:
 - 16.2.1.13.1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente (e alteração social, conforme o caso);
 - 16.2.1.13.2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
 - 16.2.1.13.3. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT.
- 16.2.1.14. No decorrer da execução dos serviços, o profissional de que trata este subitem poderá ser substituído, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 16.2.1.15. A empresa pode acrescentar à sua equipe outros profissionais que entender pertinentes e necessários, mediante aprovação da CONTRATANTE.
- 16.2.1.16. A CONTRATADA deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Diretoria de Infraestrutura (DINFRA) durante o período de execução dos trabalhos, para representá-la sempre que for necessário.
- 16.2.1.17. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da licitante.
- 16.2.1.18. Apresentar declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços da presente licitação.
- 16.2.1.19. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico- profissional deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo fiscal/gestor do contrato e ratificada pelo seu superior;



17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões), o qual tem como referência as estimativas apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e as possíveis intervenções prediais, diante das condições físicas das edificações disponíveis para o funcionamento da Instituição, além da planilha apresentada no Item 2, Lote 1 – Planilha de Indicação dos Serviços, a qual descreve o valor estimado da contratação por local de execução do serviço.

18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 18.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, com a classificação CATSER 1627, natureza da despesa 339039, a ser indicada pelo ordenador de despesa, cujo detalhamento ocorrerá no momento da contratação e/ou na execução de cada serviço a ser demandado.

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- ANEXO A – Planilha de Preços e Planilha de Composição de BDI;
- ANEXO B – Caderno de encargos e Especificações Técnicas;
- ANEXO C – Lista de endereços das unidades da UFSB;
- ANEXO D – Estudos Técnicos Preliminares e Termo de justificativas técnicas relevantes;
- ANEXO E – Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

Município de Itabuna/BA, 04 de agosto de 2023.

(Equipe de Planejamento)

Documento assinado eletronicamente



Emitido em 2023

PROJETO BÁSICO Nº 7/2023 - CPO (11.01.03.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/08/2023 11:35)

CLAUDIO SOUZA DA SILVA

CHEFE - TITULAR

SGO (11.01.03.03.01.02)

Matrícula: ###686#0

(Assinado digitalmente em 04/08/2023 11:28)

DANIEL GONCALVES NETO

COORDENADOR - TITULAR

CPO (11.01.03.03.01)

Matrícula: ###772#4

(Assinado digitalmente em 04/08/2023 12:54)

RODRIGO MOREIRA BRITO

ENGENHEIRO-AREA

SPI (11.01.03.03.01.03)

Matrícula: ###629#7

Visualize o documento original em <https://sig.ufsb.edu.br/documentos/> informando seu número: **7**, ano: **2023**, tipo:
PROJETO BÁSICO, data de emissão: **04/08/2023** e o código de verificação: **4f91d9a789**